

#ESTUDOEMCASA

BLOCO Nº48

DISCIPLINA História B e Área de Integração

ANO(S) 11ºano

APRENDIZAGENS ESSENCIAIS

**História B-**

Problematizar o processo de democratização, do PREC à progressiva instalação e consolidação das estruturas democráticas, o processo de descolonização, a política económica antimonopolista e a intervenção do Estado nos domínios económico e financeiro.

**- Área de Integração:**

Relacionar os modelos políticos implementados em Portugal e as suas repercussões, no contexto da construção da democracia nas sociedades ocidentais desde a Primeira República Portuguesa até à Revolução de 25 de abril de 1974 e à descolonização.

**Título/Tema(s) do Bloco**

**A organização política e económica de Portugal após o 25 de Abril de 1974. O processo de descolonização**

**Documento 1.**

**Resultados das Eleições Constituintes**

25 de abril de 1975

Partidos	%	Mandatos
CDS – Partido do Centro Democrático Social	7,6	17
FEC – Frente Eleitoral Comunista	0,6	
FSP – Frente Socialista Popular	1,2	
LCI – Liga Comunista Internacionalista	0,2	
MDP – Movimento Democrático Português	4,1	5
MES – Movimento de Esquerda Socialista	1,0	
PCP – Partido Comunista Português	12,5	30
PPD – Partido Popular Democrático	26,4	80
PPM – Partido Popular Monárquico	0,6	
PS – Partido Socialista	37,9	116
PUP – Partido de Unidade Popular	0,2	
UDP – União Democrática Popular	0,8	1
<b>Total de mandatos</b>		<b>249</b>

Em *História de Portugal*, dir. por João Medina, vol. XIV, cit.

**Documento 2.**

**Primeira página do semanário *O Jornal*, 8 a 14 de agosto de 1975**

**Votantes**  
91,7 %

**Abstenção**  
8,3 %

**Branco e Nulos**  
6,9 %



**Documento 3.**

**A Constituição de 1976 – Preâmbulo**

A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista. Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa. A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais. No exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do povo reúnem-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País. A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios básicos da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno. A Assembleia Constituinte, reunida na sessão plenária de 2 de abril de 1976, aprova e decreta a seguinte Constituição da República Portuguesa.

*Constituição da República Portuguesa, 2 de abril de 1976.*

1

-

Noticiou o semanário *O Jornal* que os "«Moderados» do MFA tomam posição de força" (documento 2). De facto, nove membros do Conselho da Revolução redigiram o *Documento dos Nove*, no qual...

mostravam a necessidade de um golpe de força para consolidar o socialismo.

criticavam a radicalização do processo revolucionário e defendiam a implementação de uma democracia pluripartidária.

defendiam a adoção de um regime socialista de tipo soviético.

defendiam a implementação de um regime social-democrata idêntico aos que vigoravam na Europa Ocidental.

2-

A Constituição de 1976 estabeleceu, entre outros aspetos, que era necessário "abrir caminho para uma sociedade socialista" (documento 3). De facto, este texto constitucional contemplava...

o Conselho da Revolução como órgão de soberania e a manutenção das nacionalizações.

a nomeação do presidente da República pelo Conselho da Revolução e pelo Partido Socialista.

a extinção do Conselho da Revolução e da reforma agrária.

a instituição do Partido Socialista como partido único e a expropriação dos grandes latifúndios.

3-

Intervencionismo estatal

Substituição dos corpos gerentes das empresas privadas por comissões administrativas nomeadas pelo Governo.

Apropriação pelo Estado das grandes empresas ligadas aos setores-chave da economia.

Controlo operário sobre os bancos e das cooperativas de consumo sobre a produção agrícola.

Controlo dos bancos por entidades privadas e reforço do papel do Estado no Banco de Portugal.

Ocupação e expropriação dos latifúndios e constituição de Unidades Coletivas de Produção.

4-

Reforma agrária

Substituição dos corpos gerentes das empresas privadas por comissões administrativas nomeadas pelo Governo.

Apropriação pelo Estado das grandes empresas ligadas aos setores-chave da economia.

Controlo operário sobre os bancos e das cooperativas de consumo sobre a produção agrícola.

Controlo dos bancos por entidades privadas e reforço do papel do Estado no Banco de Portugal.

Ocupação e expropriação dos latifúndios e constituição de Unidades Coletivas de Produção.

5- 6

Nacionalizações

Substituição dos corpos gerentes das empresas privadas por comissões administrativas nomeadas pelo Governo.

Apropriação pelo Estado das grandes empresas ligadas aos setores-chave da economia.

Controlo operário sobre os bancos e das cooperativas de consumo sobre a produção agrícola.

Controlo dos bancos por entidades privadas e reforço do papel do Estado no Banco de Portugal.

Ocupação e expropriação dos latifúndios e constituição de Unidades Coletivas de Produção.

Ordena cronologicamente os acontecimentos relativos ao período que se seguiu à Revolução dos Cravos.

6-

Primeira Revisão Constitucional

Primeiro Governo Provisório

Lei n.º 7/74 que reconhecia o direito das colónias à independência.

Golpe militar de 25 de novembro